

RESUMO/TRABALHO COMPLETO - APRESENTAÇÃO ORAL - EIXO 1:
GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA: DOS ENFOQUES CLÁSSICOS ÀS
RENOVAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

**INTIMIDADE E AFETO NA GEOPOLÍTICA DO ESCRAVISMO: A REDE
PARENTAL-TERRITORIAL DE GENEBRA DE BARROS LEITE NA
CONSTITUINTE DE 1823**

Claudio Francisco Severino (claudioseverino@gmail.com)

Analisa uma rede familiar formada por importantes personagens do escravismo na Constituinte de 1823. Iniciada com limites territoriais do Brasil indefinidos, sem representantes de províncias disputadas (Bahia, Sergipe, Piauí, Maranhão, Grão-Pará e Cisplatina) e encerrada sem a Constituição, a assembleia expõe o uso político de territórios do escravismo. Neste seu bicentenário persistem debates da ausência de reflexões sobre as alianças políticas mobilizadas para estabilidade institucional da escravidão. Conhecidas na historiografia como “política da escravidão”, tais práticas têm sido analisadas pelos usos do Estado em benefício da classe senhorial. Propomos ampliar a abordagem da “política da escravidão”, realçando essa prática como sendo também lutas territoriais que mobilizam o controle de certos espaços, constituindo uma geopolítica do escravismo operada em rede familiar, cooperando com outras famílias articuladas internacionalmente.

A personagem referencial para essa família aqui destacada é uma mulher pouco notada na historiografia política, geralmente em abordagem patriarcal. Os homens saídos das casas-grandes de Genebra de Barros em São Paulo para participarem da Constituinte levavam experiências em complexa rede que

nos demandam uma abordagem em múltiplas escalas geográficas. Nessas firmas articulavam diversos espaços de produção agropecuária, mineradora e naval (navios para o tráfico) nas províncias de São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro, conectados a diversas “praças mercantis” da África, Ásia e Europa. Embora integrasse casas de negócios (“Souza, Viúva e Filhos” e “Souza & Vergueiro”) entre as maiores do Brasil, D. Genebra é conhecida pela trajetória de homens de sua família.

D. Genebra era letrada, talvez erudita. Possuía grande biblioteca, com obras em vários idiomas europeus. Em relatos de suas herdeiras há indícios de ter mantido regular produção epistolar. Elas sugerem ser uma tradição familiar. Uma delas, Isabel Augusta de Souza Queiroz, se tornaria notável arquivista das memórias familiares. Organizou as cartas do marido, desembargador Albino Barbosa de Oliveira, escritas como orientação à filha nas técnicas memorialísticas. Cartas preservadas na família e depois levadas por um neto de Isabel Augusta, o historiador Américo J. Lacombe, para o acervo da Casa de Rui Barbosa (primo de Albino e Isabel Augusta). Em São Paulo, a memória dessa rede familiar é parte fundamental do Museu Paulista, com aquisições organizadas por Sarah de Souza Queiroz, também neta de D. Genebra, e esposa do diretor do museu, Afonso E. Taunay.

Na segunda geração, temos mais explícita a publicidade feminina dessa família. Como nas notícias do final do século XIX sobre a baronesa de Limeira, já sem o falecido marido Vicente de Souza Queiroz (filho de D. Genebra), instruindo as filhas, coautoras de relevante carta política publicada em jornais cariocas. Realçam a tradição da política a partir das “relações íntimas de família e nobres e sinceras afeições”.

Tais memórias possibilitam novas abordagens da geopolítica do escravismo. Produzidas em contexto de expansão do abolicionismo, a partir de meados do século XIX, primam por fabulações a respeito da escravidão. Obtiveram grande sucesso na projeção para a posteridade de uma suposta postura liberal, modernizadora e promotora do “trabalho livre”. Nesta releitura, procuramos situar essa família nas estruturas do tempo-espaço, superando narrativas de sua trajetória nas quais aparece em espaços imaginados como mera superfície. A Geografia acumulou densos debates sobre os efeitos políticos desse modo de conceber o espaço como superfície, com os quais podemos retornar criticamente às narrativas das trajetórias dessa família política para repensarmos suas relações num espaço provido de historicidade. Assim, pode

nos proporcionar outras formas de imaginar o espaço, concebendo-o como “um encontro de histórias”, como sugere Doreen Massey.

Na Constituinte destacam-se quatro parentes de D. Genebra eleitos deputados: o marido, José da Costa Carvalho, pela Bahia; o genro Estevão Ribeiro de Resende, por Minas Gerais; o cunhado Francisco de Paula Souza, e o primo e sócio Nicolau Vergueiro, por São Paulo. Reuniam-se no palacete de Estevão Resende, numa grande chácara num morro do centro do Rio de Janeiro, bem próximo ao prédio da assembleia. Morro depois famoso pela presença do Senado na sua base. Morro já arrasado, mas presente nos diários da constituinte, com vários outros do Catumbi, Santa Teresa e toda a “Serra da Tijuca”. Será no combate às gentes desses morros, apontados como lugar de ajuntamento de quilombolas, que veremos as primeiras ações dessa família na geopolítica do escravismo, compondo o bloco parlamentar no fortalecimento da Intendência Geral de Polícia, comandada por Estevão Resende. Ações fundamentais para legitimar o novo governo que se constituía, aplaudidas no parlamento, na imprensa na rede internacional de negociantes integrada pela família.